



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE
Unidade de Administração Geral

Projeto Básico SEI-GDF - FEPECS/DE/UAG

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de serviços de certificação digital, integrante da raiz ICP-Brasil, e eventual fornecimento de dispositivos tipo *token* USB para armazenamento de certificados digitais tipo A3 e-CPF, com o objetivo de atender necessidades da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS) e suas escolas mantidas, a exemplo de: **a)** permitir que a Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) assine Termos de Adesão ao SISU/MEC, bem como emita documentos acadêmicos tais como: certificados de cursos, declarações e outros; **b)** possibilitar que a Unidade de Administração Geral (UAG) assine eletronicamente documentos referente à prestação de contas (o envio de prestação de contas passou a ser realizado exclusivamente mediante o Sistema e-Contas, conforme o Artigo 16 da IN-TC/DF nº 2/2016, de 17 de novembro de 2016).

A contratação dos serviços em tela deve ser compatível com as certificações digitais A3 e-CPF, em nível imediatamente subsequente ao da AC-RFB, habilitada pela Coordenação Geral da Tecnologia e Segurança da Informação (COTEC), em nome da Receita Federal do Brasil (RFB), responsável pela emissão e administração dos certificados digitais em questão, em cumprimento ao disposto nas Instruções Normativas IN RFB Nº 935, de 30 de abril de 2009, IN RFB nº 974, de 27 de novembro de 2009, alterada pela IN RFB nº 1.034, de 17 de maio de 2010, e a IN RFB nº 1.110, de 24 de dezembro de 2010, que dispõem sobre a obrigatoriedade de assinatura digital mediante utilização de certificado digital válido para transmissão de informações da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), e Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Certificação Digital

Na última década, o uso da Tecnologia da Informação (TI) tem se intensificado, adquirindo papel cada vez mais importante na estratégia de empresas e órgãos de governo. As áreas de TI dessas entidades têm concentrado seus esforços na aquisição ou construção de sistemas que visem à informatização de seus processos organizacionais, de maneira a armazenar de forma segura e confiável todas as informações obtidas ou produzidas pela organização, bem como disponibilizá-las de forma rápida e eficiente aos setores que dela necessitem, assim como ao público em geral.

Acessibilidade, probidade, eficiência e transparência são valores cada vez mais importantes nas organizações, sobretudo as governamentais, mas têm de serem alcançados sem perder de vista os deveres legais de sigilo e respeito à privacidade.

Por outro lado, a facilidade de trafegar informações de forma eletrônica tem aumentado o interesse na manutenção de versões digitais de documentos, em detrimento de sua versão impressa que, além de exigir meios físicos para sua circulação, são de difícil manuseio em volumes maiores, dificultam a localização de informações específicas, acumulam poeira e ficam sujeitas aos efeitos do clima e à ação de insetos e parasitas. Entretanto, ao contrário da versão impressa, a versão digital é passível de adulteração com muito mais facilidade, o que causa incerteza quanto à sua validade jurídica.

Nesse sentido, a Certificação Digital surge como uma solução, pela funcionalidade de criptografia que impede a adulteração de um documento a ela submetido, pois a modificação de um *byte* de informação é acusada pelo algoritmo de criptografia.

Em outra direção, a utilização de sistemas informatizados pela administração pública mudou a realidade da segurança no âmbito das organizações. Se antes os documentos deviam ser assinados e rubricados, bem como trancafiados para evitar falsificações e extravios, agora estavam acessíveis em máquinas que aceitariam ser operadas por qualquer um com conhecimento para isto.

A Certificação Digital apresenta-se como solução pelo fato de utilizar criptografia de alta segurança e exigir um duplo sistema de identificação, onde um dos componentes é armazenado num dispositivo físico. Como tal dispositivo é indispensável para a identificação do usuário, precisa ser subtraído de seu possuidor para que se faça um acesso indevido, exigindo, portanto, comunicação imediata do proprietário à autoridade registradora para suspensão de sua validade, tal como ocorre com um cartão bancário.

2.2. **Token:**

O *token* é um dispositivo de *hardware* criptográfico que utiliza uma conexão física do tipo USB capaz de gerar e armazenar as chaves criptográficas, efetuar o processamento criptográfico assimétrico e o armazenamento de certificados digitais. As chaves geradas são protegidas contra leitura, modificação, utilização e substituição não autorizada.

2.3. **Necessidade da ESCS:**

Em função das vantagens oferecidas pela Certificação Digital, como autenticidade, integridade e não-repúdio, este projeto básico propõe a sua implantação em caráter geral, no âmbito da Escola Superior de Ciências da Saúde/FEPECS, numa proposta de oferecer maior segurança aos serviços prestados aos seus clientes e maior segurança às ações executadas por seus servidores. Faz-se também necessária a aquisição de *tokens* criptográficos para o armazenamento dos certificados digitais baseados nos padrões determinados pela ICP-Brasil.

Considerando principalmente que a ESCS decidiu aderir ao SISU/MEC, e a certificação digital é uma condição para a adesão, conforme o consignado na Portaria Normativa nº 21 de 5 de novembro de 2012. No momento a Coordenadora de Curso de Medicina é a substituta oficial nas ausências da Diretora de Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS, necessitando do uso do certificado digital no dia-a-dia para emissão de documentos como : Certificados, Declarações, Históricos Escolares, Atestados de Matrículas, Declaração de Passe, cartão de identificação, etc. A cada ano verificam-se uma necessidade maior de emissão de certificados, principalmente de cursos de extensão, preceptoria, para residência médica e cursos de especialização.

2.4. **Necessidade da UAG /FEPECS:**

I - Para que o titular da Unidade de Administração Geral (UAG) assine eletronicamente documentos referente à prestação de contas (o envio de prestação de contas passou a ser realizado exclusivamente mediante o Sistema e-Contas, conforme o Artigo 16 da IN-TC/DF nº 2/2016, de 17 de novembro de 2016).

II - Envio de e-mail autêntico (que comprova que foi a própria pessoa quem enviou), através de programa de envio de e-mail (Outlook ou Microsoft Outlook) caso necessário e-mail, que deseja adicionar assinatura digital.

III - Transações bancárias em meios eletrônicos, com alto nível de segurança e maior proteção para o correntista no acesso aos mais variados serviços;

IV - Assinatura digital: processo eletrônico de assinatura, baseado em sistema criptográfico assimétrico, que permite ao usuário usar sua chave privada para declarar a autoria de documento eletrônico a ser entregue a SRF, garantindo a integridade de seu conteúdo.

3. **DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

Quantidade	Descrição do Produto
02	<p><i>Certificado digital e-cpf de pessoa física do tipo A3.</i></p> <p><i>I- Compatibilidade com certificados vinculados à RAIZ ICP-BRASIL;</i></p>

	<p><i>II-Processador de 8 bits;</i></p> <p><i>III- Memória de 32 Kb;</i></p> <p><i>IV- Geração de chaves RSA de 1024 bits;</i></p> <p><i>V- Suporte para os algoritmos de criptografia RSA, MD5, SHA1, DES e 3DES;</i></p> <p><i>VI- Compatibilidade com APIs Microsoft CAPI, Microsoft PC/SC e padrão PKCS#11;</i></p> <p><i>VII- Funcionalidade de uso de senha de identificação pessoal (PIN-Personal Identification Number), com validação presencial.</i></p> <p><i>VIII- Funcionalidade de prevenção ou reversão de bloqueio acidental:</i></p> <p><i>a) Ajuste de tolerância de erro de informação PIN para o máximo de 8 (oito) tentativas; ou</i></p> <p><i>b) Uso de senha de desbloqueio (PUK - Personal Unblocking Key)</i></p> <p><i>IX- Interface de conexão compatível com padrão USB 1.0/1.2/2.0 com proteção para quando não estiver em uso;</i></p> <p><i>X- Garantia de 1(um) ano contra defeitos de fabricação, incluindo corrupção do conteúdo (Certificado) em razão de tal defeito;</i></p> <p><i>XI-Software compatível com sistema operacional Windows 7 e suas atualizações;</i></p> <p><i>XII-A Solicitação e emissão dos Certificados Digitais deverão ser realizadas na cidade de Brasília-DF.</i></p>
02	<p>Dispositivo do tipo token de armazenamento de certificado digital, com os seguintes requisitos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Totalmente compatível com as especificações do certificado digital constante do Item 1. - Possuir conector USB (Universal Serial Bus) tipo A, versão 1.0 (compatível com 2.0) ou superior. - Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura. - Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil. - Seguir, no mínimo, as regras estabelecidas para o nível de segurança do padrão FIPS 140-2. - Possuir capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 32 Kbytes. - Utilizar algoritmo simétrico 3-DES ou AES, com chaves de, no mínimo, 128 bits para cifrar as chaves privadas armazenadas. - Utilizar algoritmo simétrico 3DES com três chaves distintas (k1, k2 e k3). - Utilizar algoritmo RSA/SHA-2 ou RSA/SHA-1 para geração de assinaturas. - Possuir o algoritmo simétrico AES, sua chave gerada por derivação, a partir de um código de acesso escolhido pelo titular do repositório. - Possuir carcaça resistente à água e à violação. - Fornecer driver disponível para o sistema operacional Microsoft Windows (2000 e versões superiores). - Possuir CSP - Cryptographic Services Provider para Windows (Windows 2000 e versões superiores) e em conformidade com o padrão da CryptoAPI 2.0, da Microsoft (Windows 2000 e versões superiores), com validação presencial. <p><u>OBS:</u> Relação de pessoas físicas que terão a certificação digital:</p> <p>1- Diretor Geral Substituto da Escola Superior de Ciências da Saúde (Vanessa Viana Cardoso) e-CPF 2 anos</p> <p>2- Chefe da Unidade de Administração Geral, da Diretoria Executiva da FEPECS</p>

(Fabiana Mendes de Oliveira Cortez) e-CPF 2 anos

Obs: 2 e-CPF 3 anos

4. DO TIPO DE LICITAÇÃO

Dispensa de licitação em razão de valor, fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.66 de 1993, por que não se referir a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez. O critério para a escolha do fornecedor será o de menor preço.

5. DA HABILITAÇÃO

A CONTRATADA deverá dispor da seguinte documentação:

I) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (<http://www.tst.jus.br/certidao>);

II) Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos do Distrito Federal, e os relativos à Dívida Ativa (http://www.fazenda.df.gov.br/area.cfm?id_area=449);

III) Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União (<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?tipo=1>).

IV) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF (<https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>).

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A empresa deverá ser devidamente autorizada pela Receita Federal do Brasil;
- 6.2. Oferecer instalação, assistência técnica e treinamento sempre que necessário;
- 6.3. Cumprir fielmente o contrato, assumindo inteira responsabilidade pela sua execução.
- 6.4. Manter atualizado os documentos fiscais necessários à liquidação das faturas;
- 6.5. A Contratada é responsável pela não utilização ou divulgação de quaisquer informações sigilosas as quais tenham acesso em virtude deste projeto básico;
- 6.6. Comprovar seu credenciamento e autorização de funcionamento pelo comitê gestor da ICP-BRASIL;
- 6.7. Fornecer a FEPECS relação com nome dos funcionários envolvidos na prestação do serviço, relacionando o nome, endereço, telefones, fax e endereço eletrônico da empresa;
- 6.8. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso as dependências da FEPECS, devendo seus técnicos apresentar-se identificados por crachá ou devidamente uniformizados.
- 6.9. Dispor de todos os recursos, de qualquer natureza que julgar necessários para a realização dos serviços;
- 6.10. Observar os horários de funcionamento da FEPECS, a saber: 8h às 12h e de 14h às 18h de segunda-feira a sexta-feira, nos dias úteis;
- 6.11. Responsabilizar-se por todas as despesas de qualquer natureza durante a prestação dos serviços;
- 6.12. Executar com presteza e eficiência todas as atividades previstas neste projeto básico;
- 6.13. Adotar as medidas necessárias para garantir a confidencialidade de sua chave privativa devendo solicitar imediatamente à AC-SRF a revogação do seu certificado, em caso de comprometimento de sua segurança;

- 6.14. Quando solicitado formalmente, revogar o certificado e-CPF imediatamente;
- 6.15. Responder por perdas e danos sofridos pela contratante ou por terceiros em consequência do não cumprimento de suas obrigações ou da divulgação ou cessão de informações, bem assim pelos prejuízos oriundos da emissão ou revogação indevida, ou ainda da não revogação em prazo hábil, de certificados;
- 6.16. Possuir sede ou representação no Distrito Federal para a validação do Certificado.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Cabe a FEPECS, fornecer a AR-Autoridade de Registro todos os documentos solicitados que sejam indispensáveis para emissão do Certificado e-CPF , bem como todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do contrato a ser celebrado;
- 7.2. Assinar o instrumento contratual denominado termo de titularidade, garantindo que todas as informações fornecidas para a geração do certificado são verdadeiras e completas;
- 7.3. Adotar as medidas necessárias para garantir a confidencialidade dessa chave e requerer, imediatamente à Autoridade Certificadora a revogação de seu certificado, em caso de comprometimento de sua segurança;
- 7.4. Emitir Nota de Empenho;
- 7.5. Verificar se as faturas estão em conformidade com a legislação vigente;
- 7.6. Efetuar o pagamento das faturas apresentada pela contratada, desde que a mesma esteja em condições de pagamento e devidamente atestada;
- 7.7. Tomar providência para que seus funcionários apresentem toda documentação exigida para sua certificação.
- 7.8. Designar funcionários para acompanhamento das atividades de validação dos certificados; (executor do contrato, nos termos do artigo 67 da lei federal nº 8.666);
- 7.9. Efetuar o pagamento da fatura da contratada, dentro dos prazos preestabelecidos.
- 7.10. Permitir o acesso às suas instalações e prestar as informações solicitadas pelos técnicos da contratada, durante a vigência do contrato.

8. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

O prazo máximo para disponibilização dos serviços será de até 5 (cinco) dias, a contar da solicitação por parte do interessado.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses para o e-CPF, contados da data da sua publicação podendo ser prorrogado conforme determina a lei 8.666/93.

10. DOS EXECUTORES

Os executores serão designados pela Diretoria Executiva/FEPECS.

11. DA GARANTIA TÉCNICA

Os Certificados digital e-cpf de pessoa física do tipo A3 deverão apresentar um prazo de garantia total por, no mínimo, 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, incluindo corrupção do conteúdo (Certificado) em razão de tal defeito, ou prazo estabelecido pelo fabricante, quando este for superior.

12. DO PAGAMENTO:

O pagamento será realizado de acordo com as normas de execução financeira, orçamentária e contábil do Distrito Federal.

13. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

Nos casos de atrasos injustificados ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração aplicar-se-ão as sanções administrativas estabelecidas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006 e alterações previstas no Decreto nº 35.831 de 19 de setembro de 2014, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520, de 17 de julho de 2002.

Brasília, 18 de julho de 2018.

Elaborado por:

Vera Lúcia Bezerra Santos

Unidade de Administração Geral/UAG/FEPECS

Assessora

Aprovo o presente Projeto Básico nos termos do inciso I, do § 2º, do art. 7º, da Lei nº 8.666/93 e do art. 3º da Instrução FEPECS nº 14, de 06 de setembro de 2013, publicada no DODF nº 187, de 09 de setembro de 2013.

Fabiana Mendes de Oliveira Cortez

Chefe da UAG/DE/FEPECS



Documento assinado eletronicamente por **VERA LÚCIA BEZERRA SANTOS - Matr.0190003-X, Assessor(a)**, em 18/07/2018, às 18:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA MENDES DE OLIVEIRA CORTEZ - Matr.0272263-1, Chefe da Unidade de Administração Geral**, em 18/07/2018, às 18:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **10368973** código CRC= **11C18F0A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SMHN Quadra 03, Conj. "A", Bloco 01 Edifício Fepecs – Brasília-DF - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-907 - DF

(61) 3326-6777